

Envia digitalizar as Ls  
Deputados Municipais.  
Cópia em papel para os  
representantes dos grupos municipais

20.11.2017

2 ) -

**Informação do auditor externo sobre a situação  
económica e financeira do Município de Almada  
referente ao 1º semestre de 2017**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
ENTRADA	
15.11.17	85
Arq. 85/XII-1º/2017	

29 de setembro de 2017

A

*[Handwritten signature]*

Município de Almada  
**Ao Cuidado do Exmo. Executivo  
Municipal**  
Presidência da Câmara  
Largo Luís de Camões  
2800-158 Almada

29 de Setembro de 2017

Exmos. Senhores,

Decorrente do exercício das nossas funções como Revisor Oficial de Contas do Município de Almada (doravante CMA ou Município) com referência ao exercício a findar em 31 de Dezembro de 2017, e de forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artº nº 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, remetemos a informação relativa à situação económica e financeira do Município de Almada para o período de seis meses findo em **30 de Junho de 2017**, relativamente a contas individuais, sem agregação de contas das participadas e dos SMAS de Almada.

Agradecemos a colaboração e assistência prestada por todas as pessoas com quem contactámos e ficamos ao inteiro dispor de V. Exas. para esclarecer assuntos que considerem necessários relacionados com o presente relatório.

Com os mais respeitosos cumprimentos,

  
**MAZARS & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**

representada por Paulo Pereira (ROC 1219) e José Rebouta (ROC n.º 1023)

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>ANÁLISE ECONÓMICA .....</b>	<b>6</b>
1.1	ANÁLISE AO ACTIVO .....	6
1.2	ANÁLISE DO PASSIVO.....	9
1.3	FUNDOS PRÓPRIOS .....	10
1.4	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	11
<b>2</b>	<b>ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....</b>	<b>13</b>
4.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	13
4.2	ESTRUTURA DA RECEITA.....	14
4.4	EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL .....	15
4.5	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	15
4.6	EQUILIBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA.....	16
4.7	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (LEO 2017 – ARTIGO 49.º).....	17
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES DE AUDITORIA .....</b>	<b>17</b>
5.1	SALDOS DE CLIENTES.....	17
5.2	INVENTÁRIOS.....	18
5.3	IMOBILIZADO FINANCEIRO .....	18
5.4	PROVISÕES PARA PENSÕES VITALÍCIAS.....	18
5.5	PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA .....	19

**NOTA INTRODUTÓRIA**

No âmbito do exercício das nossas funções como Revisor Oficial de Contas do Município de Almada, procedemos à revisão da informação contabilística preparada pelo Município, com referência ao período findo em 30 de junho de 2017, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância e que levamos ao conhecimento de V. Exas.

O exame a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis à situação em concreto, especificamente, as normas respeitantes a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias de informação financeira histórica, tendo sido planeado de acordo com aquele objetivo.

Entendemos assim que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artº nº 77º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro.

Neste contexto, e consequentemente este documento não deve ser entendido como uma opinião de auditoria/certificação legal das contas com referência a 30 de Junho de 2017, mas como uma análise da situação económica e financeira tal como exigido pelas normas legais em vigor e que se inscreve no acompanhamento do exercício do ano de 2017.



## ÂMBITO

Tal como referido acima, procedemos à análise das contas apresentadas pela CMA, tendo realizado, entre outros, os seguintes procedimentos, com referência a 30 de junho de 2017:

- Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que consideramos necessários;
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município;
- Verificação da conformidade da informação financeira, orçamental e patrimonial com a legislação aplicável;
- Análise específica dos mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa e das principais rubricas integrantes do Balanço e da Demonstração dos Resultados registando e analisando as principais variações do período.

Realizámos ainda os testes substantivos que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos, nomeadamente:

- Verificação dos mapas de execução orçamental;
- Análise e teste dos proveitos e custos registados no período, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município, do mapa de empréstimos e das aquisições em locação financeira;
- Análise e testes das variações de imobilizado;
- Créditos de cobrança duvidosa e ajustamentos por provisão;
- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.

Com base no conjunto da informação patrimonial e orçamental disponibilizada, com referência a 30 de junho de 2017, foi efetuada a análise detalhada adiante.

**ANÁLISE ECONÓMICA**

Apresentamos em seguida comentários sobre as principais variações, evoluções ou assuntos que entendemos levar ao conhecimento do órgão executivo.

**1.1 ANÁLISE AO ACTIVO**

Descritivo	30.06.2017		31.12.2016		Variação		Estrutura	
	AB	A/P	AL	AL	Abs.	RdI.	2017	2016
<b>Bens de domínio público</b>								
Terenos e recursos naturais	6 635 487		6 635 487	6 635 487	0	0%	2%	2%
Edifícios	359 843	33 585	326 258	329 856	-3 598	-1%	0%	0%
Outras construções e infra-estruturas	60 038 936	33 166 615	26 872 320	28 107 946	-1 235 625	-4%	7%	7%
Bens do património histórico, artístico e cultural	915 329		915 329	915 329	0	0%	0%	0%
Imobilizações em curso	303 976		303 976	288 177	15 798	5%	0%	0%
<b>Imobilizações incorpóreas</b>								
Despesas de investigação e de desenvolvimento	7 718 346	7 545 969	172 376	220 329	-47 952	-22%	0%	0%
Propriedade industrial e outros direitos	5 882 947	5 704 821	178 126	289 021	-110 896	-38%	0%	0%
Imobilizações em curso	303 955		303 955	303 955	0	0%	0%	0%
<b>Imobilizações corpóreas</b>								
Terenos e recursos naturais	69 599 074		69 599 074	69 388 061	211 013	0%	17%	17%
Edifícios e outras construções	203 288 159	35 373 576	167 914 583	168 890 288	-975 704	-1%	42%	42%
Equipamento básico	8 564 907	6 959 731	1 605 176	1 735 138	-129 962	-7%	0%	0%
Equipamento de transporte	10 041 580	8 490 048	1 551 531	1 808 783	-257 251	-14%	0%	0%
Ferramentas e utensílios	513 072	464 868	48 204	38 038	10 166	27%	0%	0%
Equipamento administrativo	7 933 861	7 167 189	766 672	953 390	-186 719	-20%	0%	0%
Outras imobilizações corpóreas	14 164 383	10 833 806	3 330 577	3 341 763	-11 186	0%	1%	1%
Imobilizações em curso	8 480 882		8 480 882,35	7 216 967	1 263 915	18%	2%	2%
Adiantam. Por Conta De Imobilizações Corpóreas				0	0	-	0%	0%
<b>Investimentos financeiros</b>								
Partes de capital	32 743 819		32 743 819	33 544 547	-800 728	-2%	8%	8%
Obrigações e títulos de participação	4 376 128		4 376 128	4 376 128	0	0%	1%	1%
<b>Existências:</b>								
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	793 070		793 070	974 454	-181 385	-19%	0%	0%
Mercadorias	320 644		320 644	320 175	470	0%	0%	0%
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)</b>								
SMAS - Empréstimos de médio e longo prazos	4 221 632		4 221 632	4 221 632	0	0%	1%	1%
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>								
SMAS - Emprést. de médio/longo prazo (venc. < 1 ano)	1 114 267		1 114 267	1 535 270	-421 003	-27%	0%	0%
Cientes c/c	434		434	88	346	393%	0%	0%
Contribuintes c/c	231 129		231 129	183 692	47 437	26%	0%	0%
Utentes c/c	1 081 513		1 081 513	215 857	865 657	401%	0%	0%
Cientes, contrib. e utentes de cobrança duvidosa	2 389 492	2 303 117	86 374	117 011	-30 637	-26%	0%	0%
Adiantam. A fornecedores de imobilizado				530			0%	0%
Estado e Outros Entes Públicos	251 363		251 363	348 800			0%	0%
Outros devedores	243 836		243 836	226 186	17 650	8%	0%	0%
<b>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</b>								
Depósitos em instituições financeiras	31 614 091		31 614 091	29 209 028	2 405 063	8%	8%	7%
Caixa	23 071		23 071	3 643	19 428	533%	0%	0%
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>								
Acréscimos de proveitos	35 066 360		35 066 360	35 186 535	-120 175	0%	9%	9%
Custos diferidos	1 134 679		1 134 679	937 414	197 265	21%	0%	0%
<b>Total</b>	<b>520 350 265</b>	<b>118 043 327</b>	<b>402 306 938</b>	<b>401 863 520</b>	<b>443 418</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

(valores expressos em euros)

A 30 de junho de 2017, o Ativo Líquido ascendia a 402,3 milhões de euros, registando um acréscimo de 443,4 milhares de euros face a 31 de Dezembro de 2016, com destaque para os seguintes aspetos:

- Imobilizado (corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público) – No primeiro semestre de 2017 verificamos a existência de novas imobilizações em curso (1,9 milhões de euros) e transferências para imobilizado firme (606 milhares de euros). Importa salientar que as amortizações do período em análise ascendem a 4,1 milhões de euros, tendo sido registados 4,0 milhões de euros em igual período do ano anterior.

- Imobilizado Financeiro – redução 0,8 milhões de euros, decorrente essencialmente da atualização do método de equivalência patrimonial sobre os capitais próprios das entidades participadas com referência a 31 de dezembro de 2016, com destaque para a redução da participação detida na Amarsul (0,7 milhões de euros).
- Utentes – acréscimo de 0,9 milhões de euros, decorrente essencialmente do aumento ocorrido no saldo da EDP, decorrente da operação efetuada com esta entidade, situação que ficará saldada no final do ano;
- Depósitos em Instituições Financeiras – o aumento de 2,4 milhões de euros, o qual decorre essencialmente do comportamento positivo do saldo de gerência do exercício referente ao 1.º semestre de 2017.

Analisando a estrutura do ativo do Município verificamos que se mantém em linha com o verificado no fim do exercício anterior, sendo composto essencialmente pelo seguinte:

- Imobilizado – 289 milhões de euros (72%);
- Investimentos Financeiros – 37 milhões de euros (9%);
- Disponibilidades – 32 milhões de euros (8%);
- Acréscimos de proveitos – 36 milhões de euros (9%).

#### **1.1.1 IMOBILIZADO CORPÓREO, INCORPÓREO E BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO**

No decurso do 1.º semestre de 2017, a CMA continuou a proceder ao desenvolvimento de um conjunto de obras com vista à manutenção e melhoria das infraestruturas do município, com destaque para escolas, mercados e edifícios.

#### **1.1.2 IMOBILIZADO FINANCEIRO**

A 30 de junho de 2017, a natureza dos ativos subjacentes a esta rubrica mantém-se face ao identificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, respeitando a participações detidas em empresas, associações e ao fundo de apoio municipal.

O valor das participações detidas nas empresas Amarsul, Ecalma e Costa Polis ascendem a 31,5 milhões de euros, sendo que o valor da participação da Costa Polis é de 28,4 milhões de euros.

Em relação às participações detidas nas associações, estas apresentam um valor de 1,3 milhões de euros, à data de 30 de junho de 2016.

O fundo de apoio municipal ascende a 4,4 milhões de euros, encontrando-se realizado em 1 560 mil euros, cumprindo a orientação emitida pela SATA – POCAL (Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL).

**1.1.3 DÍVIDAS DE TERCEIROS**

**A 30** de junho de 2016, os saldos apresentam o seguinte detalhe:

O valor total das dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascende a 3,7 milhões de euros, sendo que 65% deste valor encontra-se classificado como sendo de cobrança duvidosa. O saldo da rubrica referente a clientes de cobrança duvidosa encontra-se provisionado em 96%, tendo em consideração aquilo que é a antiguidade dos mesmos e as respetivas taxas previstas no POCAL.

A evolução verificada no período em análise, aumento dos valores em dívida em cerca de 1,1 milhões de euros, decorre essencialmente do aumento verificado na conta corrente da EDP, cujo saldo a 30 de junho de 2017 ascendeu a 670 mil euros, situação provisória.

**1.1.4 DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Em 30 de junho de 2017, as disponibilidades em instituições financeiras ascendem a 31,6 milhões de euros, registando um aumento de 2,4 milhões de euros em comparação com a posição existente em 31 de dezembro de 2016.

Importa salientar que a CMA, por prudência, procedeu à alteração de política das aplicações financeiras, em que foi decidido que estas ficassem imobilizadas no IGCP, sem remuneração, aliada à política de sucessivas baixas das taxas de juro praticadas pelo setor bancário.

**1.1.5 ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS**

Esta rubrica de balanço mantém-se em linha com os valores reportados a 31 de dezembro de 2016.

A natureza deste ativo diz essencialmente respeito à especialização dos valores a receber referente ao IMI de 2017, cujo valor apenas vai ser recebido em 2018.






## 1.2 ANÁLISE DO PASSIVO

Descritivo	30.06.2017	31.12.2016	Variação		Estrutura	
			Abs.	Rel.	2017	2016
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo					0%	0%
Provisões para riscos e encargos	1 973 040	1 804 974	168 067	9%	3%	3%
Empréstimos de médio e longo prazo	23 304 095	25 022 740	-1 718 645	-7%	33%	35%
Fornecedores em regime de locação financeira	161 625	190 403	-28 778	-15%	0%	0%
IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	95 200	98 000	-2 800	-3%	0%	0%
Fornecedores Imobilizado - EDP	500 000	500 000	0	100%	1%	1%
Estado - Protocolo MST	1 200 655	1 200 655	0	0%	2%	2%
Estado - Unidades de Participação FAM	2 188 064	2 500 645	-312 581	-12%	3%	4%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo						
Empréstimos de médio e longo prazo (n+1)	4 391 600	4 289 600	102 000	2%	6%	6%
Fornecedores em regime de locação financeira (n+1)	181 625	218 961	-37 336	-17%	0%	0%
IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (n+1)	4 800	4 800	0	0%	0%	0%
Estado - Protocolo MST (n+1)	1 108 988	1 108 988	0	0%	2%	2%
Estado - Unidades de Participação FAM (n+1)	625 161	625 161	0	0%	1%	1%
Fornecedores c/c	79 449	14 800	64 649	437%	0%	0%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	947 838	492 556	455 282	92%	1%	1%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 250	1 250	0	0%	0%	0%
Fornecedores de imobilizado C/C	2 789	0	2 789	100%	0%	0%
Fornecedores de Imobilizado- Facturas em Recepção	195 329	4 037	191 291	4738%	0%	0%
Fornecedores de Imobilizado - EDP	1 000 000	1 000 000	0	100%	1%	1%
Estado e outros entes públicos	761 305	295 762	465 543	157%	1%	0%
Administração autárquica	87 476	752 708	-665 232	-88%	0%	1%
Credores pela execução do orçamento	1 931 530	0	1 931 530	100%	3%	0%
Outros credores	1 387 345	1 381 418	5 927	0%	2%	2%
Acréscimos e diferimentos:					0%	0%
Acréscimos de custos	5 173 931	5 537 609	-363 678	-7%	7%	8%
Proveitos diferidos	23 456 238	23 945 921	-489 683	-2%	33%	34%
<b>Total</b>	<b>70 759 332</b>	<b>70 990 986</b>	<b>-231 653</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

(valores expressos em euros)

Em 30 de junho de 2017, o passivo ascendia a 70,8 milhões de euros, registando um decréscimo de 231,7 mil de euros face a 31 de Dezembro de 2016. Contudo, esta variação inclui o saldo referente à rubrica de "Credores pela Execução do Orçamento" no valor de 1,9 milhões de euros, cujo saldo no final do exercício de 2017 será nulo, pelo que retirando este efeito, o passivo no período em análise regista uma redução na ordem dos 2,6 milhões de euros.

O saldo da rubrica de acréscimos de custos refere-se essencialmente às remunerações a liquidar (2,4 milhões de euros) e fornecimentos e serviços externos (2,0 milhões de euros). No que diz respeito aos acréscimos de custos de fornecimentos e serviços externos, destacamos os gastos especializados para eletricidade (292 mil euros) e encargos com cobrança (870 mil de euros).

Importa referir, que os proveitos diferidos são, essencialmente, referentes aos subsídios de investimento, os quais se encontram a ser reconhecidos ao ritmo das amortizações dos bens subjacentes.

De salientar ainda que o Município está envolvido em processos judiciais em curso cuja contingência potencial máxima ascende a cerca de 1,1 milhões de euros, sendo expectável, de acordo com informação obtida por parte dos Advogados, que a provisão atualmente constituída permita fazer face a eventuais encargos futuros que venham a confirmar-se.

1.3 FUNDOS PRÓPRIOS

Descritivo	30.06.2017	31.12.2016	Variação		Estrutura	
			Abs.	Rel.	2015	2014
<b>Fundos próprios:</b>						
Património	162 133 450	162 133 450	0	0%	49%	49%
Ajust.de partes de capital em empresas	18 186 424	18 379 147	-192 724	-1%	5%	6%
Reservas de reavaliação	9 158	9 158	0	0%	0%	0%
<b>Reservas:</b>						
Reservas legais	5 986 793	5 984 443	2 351	0%	2%	2%
Doações	17 075 802	16 862 072	213 731	1%	5%	5%
Resultados transitados	127 501 913	127 457 248	44 665	0%	38%	39%
Resultado líquido em exercício	654 065	47 016	607 049	1291%	0%	0%
<b>Total</b>	<b>331 547 605</b>	<b>330 872 534</b>	<b>675 072</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

(valores expressos em euros)

Os fundos próprios, a 30 de junho de 2017, ascendiam a 331,7 milhões de euros, sendo de destacar os seguintes movimentos ocorridos:

- Aplicação do método de equivalência patrimonial (-192,7 milhares de euros) e em Doações (213,7 milhares de euros);
- Aumento significativo do resultado líquido do período face ao exercício anterior, essencialmente devido ao comportamento positivo da receita. O comportamento do resultado líquido é analisado com o período homólogo, para que exista comparabilidade.

## 1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Descritivo	30.06.2017	30.06.2016	Variação	
			Abs.	Rel.
<b>Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:</b>				
Mercadorias	-532	-434	-98	23%
Matérias	-865 672	-814 640	-51 031	6%
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>	<b>-13 720 554</b>	<b>-13 461 948</b>	<b>-258 606</b>	<b>2%</b>
<b>Custos com o pessoal:</b>				
Remunerações	-11 598 635	-11 008 806	-589 829	5%
Encargos sociais	-3 482 510	-3 208 984	-273 526	9%
<b>Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais</b>	<b>-4 109 765</b>	<b>-4 118 906</b>	<b>9 141</b>	<b>0%</b>
<b>Amortizações do exercício</b>	<b>-4 058 947</b>	<b>-3 950 121</b>	<b>-108 827</b>	<b>3%</b>
<b>Provisões do exercício</b>	<b>-189 907</b>	<b>-398 593</b>	<b>208 686</b>	<b>100%</b>
<b>Outros custos operacionais</b>	<b>-458 843</b>	<b>-474 493</b>	<b>15 650</b>	<b>-3%</b>
<b>Custos e perdas financeiros</b>	<b>-100 160</b>	<b>-134 505</b>	<b>34 345</b>	<b>-26%</b>
<b>Custos e perdas extraordinários</b>	<b>-1 907 531</b>	<b>-953 891</b>	<b>-953 640</b>	<b>100%</b>
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>				
Venda de mercadorias	1 460	874	586	67%
Venda de produtos	1 162	1 470	-308	-21%
Prestações de serviços	3 340 461	3 160 179	180 282	6%
Rendas de habitação Social	322 024	383 959	-61 936	-16%
Impostos e taxas	23 668 991	22 724 891	944 099	4%
<b>Transferências e subsídios obtidos</b>	<b>9 414 554</b>	<b>9 245 695</b>	<b>168 859</b>	<b>2%</b>
<b>Outros proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>931 122</b>	<b>866 520</b>	<b>64 601</b>	<b>7%</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>1 872 743</b>	<b>1 955 976</b>	<b>-83 233</b>	<b>-4%</b>
<b>Proveitos extraordinários</b>	<b>1 594 606</b>	<b>581 975</b>	<b>1 012 631</b>	<b>174%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>654 065</b>	<b>396 219</b>	<b>257 846</b>	<b>65%</b>

(valores expressos em euros)

Da análise efetuada às rubricas da demonstração de resultados salientamos os seguintes aspetos:

- i. Custos com pessoal – aumento de 863 mil euros, situação justificada por diversos fatores, com destaque para atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida, reversão dos cortes salariais, atualização dos abonos de família e aumento do pagamento de remissões de pensões por acidente de serviço à CGA.
- ii. Impostos e taxas – esta rubrica registou um aumento de 944,1 milhares de euros, com destaque para o aumento de receita com o IMT (1,7 milhões de euros), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro (588,4 milhares de euros) e IUC (221,5 milhares de euros). Em sentido contrário, verificou-se uma redução do IMI (865,4 milhares de euros) e da Participação Fia no IRS (412,4 milhares de euros). Importa salientar que em relação ao IMI, em 2016, esta rubrica encontrava-se influenciada com valores referentes a exercícios anteriores, situação corrigida para 2017.

- iii. Custos extraordinários – A variação ocorrida no período em análise decorreu essencialmente do reconhecimento de dívidas incobráveis como gastos do período, nomeadamente no que diz respeito a valores a receber referente a taxa de ocupação de via pública, e de restituições.
- iv. Proveitos extraordinários – A variação ocorrida no período em análise decorreu essencialmente da reversão de imparidade de saldos de cliente (401,5 milhares de euros) e contabilização do IMI e IMT referente a exercícios anteriores (666,4 milhares de euros), cujo valor no 1.º semestre de 2016, encontrava-se refletido na rubrica de receita corrente, dado que a reclassificação para receita extraordinária ocorreu apenas no segundo semestre de 2016.

## 2 ENDIVIDAMENTO

O endividamento do Município de Almada, em 30 de junho de 2017, ascende a 37,9 milhões de euros.

No primeiro semestre de 2017, verificou-se o cumprimento do limite de endividamento do Grupo Municipal que se encontra previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, com a margem disponível por utilizar no final do primeiro semestre a ascender a 20,3 milhões de euros, comparando com uma margem no início de exercício de 22,2 milhões de euros.

Importa referir que a dívida total de operações orçamentais, com contribuição de entidades do grupo considerados para efeito de cálculo da dívida, nos termos da legislação em vigor, em 30 de junho de 2017 ascendeu a 42,7 milhões de euros (contra 40,7 milhões de euros no início do primeiro semestre de 2017).

## 3 ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

O Balanço evidencia a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Município, sendo o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a origem dos fundos.

### Risco de endividamento

O rácio de endividamento mostra que o ativo é financiado em cerca de 17% (18% em 31 de Dezembro de 2016) através do seu passivo, pelo que cerca de 83% (82% em 31 de Dezembro de 2016) provém dos fundos próprios.

O Passivo é financiado em cerca de 40% por empréstimos de médio e longo prazo, registando um ligeiro agravamento junto das instituições financeiras (36% em 31 de Dezembro de 2016).

Solvabilidade

O rácio de solvabilidade a 30 de junho de 2017 ascendeu a 471%, face a 466% apurado em 31 de Dezembro de 2016 (466%).

Autonomia Financeira

A autonomia financeira apresenta um rácio de 83% a 30 de junho de 2017 e 82% a 31 de Dezembro de 2016, representando capacidade para assegurar uma parte significativa das responsabilidades de longo prazo.

Os indicadores acima referidos revelam uma situação financeira sólida. Contudo, é necessário ter em consideração a evolução recente das despesas para que eventuais assunções de compromissos, com reflexos em anos futuros, não coloquem em causa os indicadores de estabilidade e autonomia financeira (ver comentários efetuados no ponto 4.6).

**4 ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) estabelece, no seu ponto 3.1, os princípios orçamentais. Com referência a 30 de junho de 2017 a execução orçamental do Município, face a igual período de 2016 pode ser analisada como se segue:

**4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

*(valores expressos em euros)*

Designação	30.06.2017			30.06.2016			Variação da Execução	
	Dotações	Execução	Grau de Execução (%)	Dotações	Execução	Grau de Execução (%)	Absoluta	%
Recettas Correntes	78 270 751	39 274 536	50,18%	77 426 885	34 558 217	44,63%	4 716 321	13,65%
Recettas de Capital	8 795 786	783 687	8,91%	2 359 654	330 706	14,02%	452 981	136,97%
Outras Recettas	0	0	0,00%	5 000	45 115	902,30%	-45 115	-100,00%
Saldo da Gerência Anterior	18 077 194		0,00%	23 899 248		0,00%		
<b>Total da Receita</b>	<b>105 143 731</b>	<b>40 058 225</b>	<b>38,10%</b>	<b>103 690 787</b>	<b>34 934 038</b>	<b>33,69%</b>	<b>5 124 187</b>	<b>14,67%</b>
Despesas Correntes	73 304 734	31 533 649	43,02%	72 695 765	30 376 122	41,79%	1 157 527	3,81%
Despesas de Capital	31 838 997	6 513 918	20,46%	30 995 022	5 318 135	17,16%	1 195 783	22,49%
<b>Total da Despesa</b>	<b>105 143 731</b>	<b>38 047 567</b>	<b>36,19%</b>	<b>103 690 787</b>	<b>35 694 257</b>	<b>34,42%</b>	<b>2 353 310</b>	<b>6,59%</b>
<b>Saldo de Execução (Jun.17):</b>		<b>2 010 658</b>						
<b>Saldo da Gerência Ac.:</b>		<b>20 087 852</b>						

O mapa acima representa a execução orçamental com dados acumulados a 30 de junho de 2017.

Da análise efetuada verificámos que o grau de execução da receita encontra-se acima da execução da despesa, gerando um saldo positivo no período em análise de 2 011 mil euros, registando uma evolução positiva face ao saldo apurado no mesmo período do ano anterior (- 760 mil euros). Contudo, salientamos que o saldo de gerência acumulado e os fundos disponíveis ascendem a 20,1 milhões de euros e 27,5 milhões de euros, respetivamente.

Em termos comparativos, salientamos o seguinte:

- Receitas Correntes – Os valores de execução encontram-se significativamente acima do verificado em igual período do ano anterior (+ 4,7 milhões de euros), decorrente essencialmente do aumento da receita do IMT e do IUC;
- Despesas Correntes – aumento da execução de 1,2 milhões de euros, com destaque para o aumento dos gastos com pessoal;
- Despesas de Capital – aumento da execução em 1,2 milhões de euros face a igual período do ano anterior, com destaque para as rubricas de aquisição de bens (616,1 milhares de euros) e passivos financeiros (431,1 milhares de euros).

Importa salientar que, apesar da melhoria significativa do saldo de execução orçamental, continua a verificar-se um aumento da despesa, com destaque para a despesa corrente, designadamente em gastos com pessoal, contratos de aquisição de serviços e transferências, os quais podem vir a constituir encargos fixos (ver detalhe da evolução da despesa no ponto 4.6). O saldo de execução orçamental positivo é atingido essencialmente por via do acréscimo de receita com um nível de volatilidade elevado (IMT e IUC), pelo que é necessário ter em consideração a sustentabilidade da despesa em função da estabilidade das fontes de financiamento existentes.

#### 4.2 ESTRUTURA DA RECEITA

Descritivo	Receita Arrecadada Junho 2017		Receita Arrecadada Junho 2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Impostos Directos	21 389 410	53%	19 205 170	48%	2 184 240	11.37%
Impostos Indirectos + Taxas	3 328 277	8%	1 536 437	4%	1 791 840	116.62%
Rendimentos de Propriedade	342 228	1%	397 847	1%	-55 619	-13.98%
Transferências Correntes	9 163 358	23%	9 059 875	23%	103 483	1.14%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	4 967 794	12%	4 268 983	11%	698 811	16.37%
Outras Receitas	83 470	0%	89 904	0%	-6 434	-7.16%
<b>Total de Receitas Correntes</b>	<b>39 274 538</b>	<b>98%</b>	<b>34 558 217</b>	<b>86%</b>	<b>4 716 321</b>	<b>13.65%</b>
Venda de Bens de Investimento	3 697	0%	4 330	0%	-633	-14.61%
Transferências de Capital	251 196	1%	185 820	0%	65 376	35.18%
Activos Financeiros	421 002	1%	0	0%	421 002	-
Passivos Financeiros	0	0%	91 304	0%	-91 304	-100.00%
Outras Receitas de Capital	65 111	0%	49 252	0%	15 859	32.20%
<b>Total de Receitas de Capital</b>	<b>741 007</b>	<b>2%</b>	<b>330 706</b>	<b>1%</b>	<b>410 301</b>	<b>124.07%</b>
<b>Total de Outras Receitas</b>	<b>42 680</b>	<b>0%</b>	<b>45 115</b>	<b>0%</b>	<b>-2 435</b>	<b>-5.40%</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>40 058 225</b>	<b>100%</b>	<b>34 934 038</b>	<b>87%</b>	<b>5 124 187</b>	<b>14.67%</b>

(valores expressos em euros)

#### 4.3 ESTRUTURA DA DESPESA

Descritivo	Despesa Paga Junho 2017		Despesa Paga Junho 2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Pessoal	15 880 713	42%	15 397 005	43%	483 708	3.14%
Aquisição de Bens e Serviços	10 769 273	28%	9 871 722	28%	897 551	9.09%
Encargos da Dívida	106 721	0%	149 024	0%	-42 303	-28.39%
Transferências Correntes	3 588 877	9%	3 716 363	10%	-127 486	-3.43%
Subsídios	246 000	1%	150 583	0%	95 417	63.36%
Outras Despesas Correntes	942 065	2%	1 091 424	3%	-149 359	-13.68%
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>31 533 649</b>	<b>83%</b>	<b>30 376 122</b>	<b>85%</b>	<b>1 157 527</b>	<b>3.81%</b>
Aquisições de bens de capital	3 724 176	10%	3 108 082	9%	616 094	19.82%
Transferências de Capital	843 516	2%	620 635	2%	222 881	35.91%
Activos Financeiros	312 581	1%	403 885	1%	-91 304	-22.61%
Passivos Financeiros	1 616 645	4%	1 185 533	3%	431 112	36.36%
Outras Despesas de Capital	17 000	0%	0	0%	17 000	-
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>6 513 918</b>	<b>17%</b>	<b>5 318 135</b>	<b>15%</b>	<b>1 195 783</b>	<b>22.49%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>38 047 567</b>	<b>100%</b>	<b>35 694 257</b>	<b>100%</b>	<b>2 353 310</b>	<b>6.59%</b>

(valores expressos em euros)

#### 4.4 EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL

Funções	Montantes Previstos	Cabimento	Compromissos	Pagamentos	Compromissos por Pagar
Funções Gerais	17 977 240	16 968 106	16 209 192	7 098 122	9 111 070
Funções Sociais	14 344 399	9 912 862	8 805 556	4 672 753	4 132 803
Funções Económicas	2 847 445	2 303 789	1 897 378	923 298	974 080
Outras Funções	1 624 770	1 023 214	1 023 181	719 235	303 946
<b>Total:</b>	<b>36 793 854</b>	<b>30 207 971</b>	<b>27 935 307</b>	<b>13 413 408</b>	<b>14 521 899</b>

(valores expressos em euros)

A dotação do Plano apresenta um valor superior em 2,7 milhões de euros face ao apresentado a igual período do exercício anterior, com destaque para as funções sociais (1,8 milhões de euros) e outras funções, nomeadamente transferências para as freguesias (1,1 milhões de euros).

Em 30 de junho de 2017, os compromissos assumidos ascenderam a cerca de 27,9 milhões de euros, apresentando uma execução financeira de 36%, encontrando-se por pagar cerca de 14,5 milhões de euros, representando o pagamento de 48% dos compromissos assumidos.

#### 4.5 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Funções	Montantes Previstos	Cabimento	Compromissos	Pagamentos	Compromissos por Pagar
Funções Gerais	4 781 596	3 759 163	2 743 678	1 879 766	863 912
Funções Sociais	14 676 547	12 129 315	9 854 723	1 554 999	8 299 724
Funções Económicas	5 529 005	4 756 997	4 096 591	601 991	3 494 600
<b>Total:</b>	<b>24 987 148</b>	<b>20 645 475</b>	<b>16 694 992</b>	<b>4 036 756</b>	<b>12 658 236</b>

(valores expressos em euros)

O Plano plurianual de investimentos (PPI) é a principal rubrica do orçamento de capital, tendo apresentado, a 30 de junho de 2017, uma execução dos montantes previstos em 67%, compromissos assumidos de 81% do valor do cabimento, e uma execução financeira de 16%.

Os compromissos registados à data de referência ascendem a 27,9 milhões de euros, encontrando-se por pagar 14,5 milhões de euros.

#### 4.6 EQUILIBRIO ENTRE RECEITA E DESPESA

Ano	Receitas	Despesas	Saldo	Variação	
				Receitas	Despesas
2013	32 987 310	31 298 632	1 688 678	-4 222 914	2 817 639
2014	36 263 024	30 294 133	5 968 891	3 275 714	-1 004 499
2015	34 713 723	32 863 873	1 849 851	-1 549 301	2 569 739
2016	34 934 038	35 694 257	-760 219	220 314	2 830 384
2017	40 058 225	38 047 567	2 010 658	5 124 187	2 353 310

(valores expressos em euros)

Conforme podemos verificar no quadro acima, no primeiro semestre de 2017, o saldo do período em análise encontra-se positivo em 2 milhões de euros, situação justificada pelo aumento significativo da receita face a igual período do ano anterior (+5,1 milhões de euros), situação que permitiu cobrir o aumento verificado na despesa (+2,4 milhões de euros) face a igual período homólogo.

Efetuada uma análise das variações semestrais acumuladas desde o ano de 2013, verificamos que a receita executada registou um acréscimo de 2,8 milhões de euros e a despesa executada aumentou 9,6 milhões de euros, com destaque para o exercício de 2015, 2016 e 2017, onde se registou um aumento de 7,8 milhões, situação que leva ao consumo/utilização do saldo de gerência acumulado.

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013, o saldo de equilíbrio orçamental ascende a 3,8 milhões de euros, tendo em consideração o efeito do serviço da dívida de médio e longo prazo, cumprindo desta forma o que se encontra estabelecido na Lei.

Adicionalmente, salientamos que os fundos disponíveis registaram um valor de 27,5 milhões de euros, contra os 30,2 milhões de euros registados no início do período de 2017.

Nos quadros abaixo estão refletidos os saldos orçamentais por tipo de receita e despesa (não se encontrando refletidos os valores referentes a Outras Receitas).

Ano	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Saldo
2013	30 595 573	26 566 385	4 029 188
2014	34 191 577	26 125 309	8 066 268
2015	34 299 748	28 324 293	5 975 455
2016	34 558 217	30 376 122	4 182 095
2017	39 274 538	31 533 649	7 740 889

(valores expressos em euros)



Ano	Receitas Capital	Despesas Capital	Saldo
2013	2 391 737	4 732 247	-2 340 510
2014	2 071 447	4 168 825	-2 097 378
2015	403 962	4 539 580	-4 135 617
2016	375 821	5 318 135	-4 942 314
2017	783 687	6 513 918	-5 730 231

(valores expressos em euros)

#### 4.7 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (LOE 2017 – ARTIGO 49.º)

De acordo com o n.º 1, do artigo 49.º, da LEO 2017, a CMA encontra-se sujeita ao cumprimento do limite de encargos com aquisição de serviços, o qual corresponde aos pagamentos efetuados em 2016 (12 033 milhares de euros), existindo cabimentos assumidos à data com programação para 2017 no valor de 12 838 milhares de euros, estando 993 milhares de euros com autorização para dispensa do limite, com base em despacho do Senhor Presidente.

Importa salientar que o cumprimento deste artigo é aferido pelos pagamentos, sendo que os cabimentos são efetuados com base na programação financeira (de pagamentos) dos serviços, pelo que se esta se concretizar corresponderão aos pagamentos.

## 5 CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Na sequência dos trabalhos de auditoria realizados, apresentamos as principais conclusões, tendo em consideração a relevância das mesmas.

### 5.1 SALDOS DE CLIENTES

De acordo com o que já havia sido referido no relatório anual de auditoria, e apesar de os procedimentos internos estabelecidos no que diz respeito ao acompanhamento da recuperabilidade dos valores em dívida, consideramos que é importante que o Departamento Financeiro funcione como um controlo de terceiro nível, garantindo que os valores em dívida que se encontra classificados na rubrica de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, incluem todos os saldos que estão nas condições previstas no POCAL, salvaguardando desta forma a eventual necessidade de reforço das provisões constituídas em função dos riscos identificados nas restantes rubricas de terceiros.

Importa ainda salientar que a análise efetuada à recuperabilidade dos saldos de clientes tem subjacente apenas critérios contabilísticos definidos pelo POCAL, não conjugando com critérios económicos, podendo desta forma existir saldos com risco de cobrabilidade não provisionados. Esta situação assume maior importância e relevância tendo em consideração a futura implementação do denominado SNC-AP.

## 5.2 INVENTÁRIOS

De acordo com a análise efetuada à rotação dos inventários verificamos que o valor existente à data de 31 de dezembro de 2016 apresenta itens sem rotação, a saber:

Itens	Anos anteriores	2013	2014	2015	2016	Total Geral
Consumíveis p/impressora	31 332	2 852	10 826	12 544	28 806	86 360
Livros, Revistas e Outros Artigos	51 656	16 693	4 992	127 351	123 210	323 902
Produtos Químicos	10 337	21	591	253	20 490	31 692
Vestuário	17 628	815	7 124	23 873	241 023	290 462
<b>Total</b>	<b>110 953</b>	<b>20 382</b>	<b>23 533</b>	<b>164 021</b>	<b>413 528</b>	<b>732 417</b>

(valores expressos em euros)

Face ao exposto, e após as reuniões efetuadas e conclusões apresentadas no relatório de auditoria com referência ao exercício de 2016, os serviços despoletaram ações no sentido de avaliar as regularizações a efetuar, cujos resultados foram reconhecidos no 2.º semestre de 2017.

## 5.3 IMOBILIZADO FINANCEIRO

Conforme reportado em exercícios anteriores, a Costapolis encontra-se em fase de liquidação, pelo que continuamos a não dispor de informação à data de qual poderá ser a recuperabilidade deste investimento, situação que põe em causa a nossa capacidade em nos pronunciarmos sobre a atual valorização atribuída a este investimento.

De salientar ainda que, tendo em consideração a posição da Inspeção Geral das Finanças, a qual considera que as participações em associações não podem ser consideradas participações financeiras pois não existe remuneração do capital, cujo valor das mesmas à data de referência ascendem a 1,3 milhões de euros.

Considerando aquilo que são os pressupostos subjacentes à gestão pública e o facto de em caso de liquidação o património das associações reverter a favor dos associados na mesma proporção das percentagens detidas, consideramos que é razoável tratar estas participações como imobilizado financeiro, pois não está em causa a natureza da participação detida nem a sua recuperabilidade já que estas refletem a posição detida sobre os capitais próprios das mesmas.

No que diz respeito ao Fundo de Apoio Municipal, a informação obtida por parte da entidade gestora evidencia uma rentabilidade marginal dos montantes aplicados.

## 5.4 PROVISÕES PARA PENSÕES VITALÍCIAS

Atualmente o cálculo das responsabilidades futuras com pensões vitalícias está a ser efetuado com recurso à tábua de mortalidade TV 73/77. Contudo, os fundos de pensões, considerando as evoluções ocorridas na esperança média de vida, na sua maioria estão a adotar a aplicação da tábua de mortalidade TV 88/90.

Importa salientar ainda que, conforme reportado no relatório anual de auditoria de 2015, para efeitos de transição para o SNC AP, é importante que a informação disponibilizada para efeitos de suporte ao cálculo das provisões vitalícias fosse validado por entidade externa especializada em cálculo atuarial, nomeadamente para efeitos de utilização das taxas de mortalidade e taxas de atualização.

### **5.5 IMOBILIZADO EM CURSO**

De acordo com a análise efetuada às obras em curso consideramos que existe um conjunto de obras cuja sua manutenção em imobilizado em curso deverá ser objeto de especial atenção no processo de fecho de contas do exercício de 2017, no sentido de aferir a sua adequada classificação, com destaque para:

- Doca 1 e 2 – 713,4 milhares de euros;
- Estudo de Enquadramento Estratégico e Plano Pormenor da Quinta de Almaraz – 292,7 milhares de euros;
- EB n.º1 Laranjeiro – 174,2 milhares de euros.

### **5.6 PRINCÍPIO DA ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA**

De acordo com a análise efetuada às rubricas do resultado verificamos a existência de algumas situações com impacto na análise do resultado do período, com destaque para os gastos com seguros, eletricidade, limpeza, higiene e conforto e trabalhos especializados, e rendimentos com imóveis. Estas situações foram devidamente regularizadas, pelo que importa apenas salientar a necessidade de reforçar os procedimentos de controlo subjacente no processo de fecho de contas de 2017 no que diz respeito à aplicação deste princípio contabilístico.